Notícias do dia 14 de outubro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 5

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Governo descarta pagar a data-base no ano que vem 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Sessão de hoje tem pauta com projetos de lei, veto e parecer do TCE 5

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Sessão de hoje tem pauta com projetos de lei, veto e parecer do TCE 6

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Sessão de hoje tem pauta com projetos de lei, veto e parecer do TCE 7

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Sessão de hoje tem pauta com projetos de lei, veto e parecer do TCE 8

Governo descarta pagar a data-base no ano que vem

Sob pressão do funcionalismo, o governo estadual não sinalizou à Assembleia Legislativa a possibilidade de negociar a inclusão da data-base no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2022. Conforme O POPULAR mostrou na segunda-feira (12), a proposta enviada ao Legislativo não contempla a reposição salarial e, nesta quarta-feira (14), a Secretaria Estadual da Economia informou que não há condições de inclui-la.

A reportagem questionou deputados da base governista se há algum aceno para a inclusão de emendas e eles negaram tratativas a respeito.

Em audiência pública na Assembleia para a prestação de contas do segundo quadrimestre de 2021, a secretária da Economia de **Goiás**, Cristiane Schmidt, afirmou que não é possível atender a todas as demandas dos servidores públicos. O Estado incluiu no Orçamento de 2022 a realização de oito concursos públicos e a concessão de progressões e promoções ao funcionalismo.

"Podemos dar data-base? Ainda não porque o Estado tem teto de gastos a cumprir. Caso contrário, vamos pagar multa e isso não é bom para ninguém, nem para os servidores e nem para a população", afirmou a secretária, ao responder questionamentos de parlamentares da oposição sobre a ausência da previsão de data-base.

Os sindicatos que representam o funcionalismo comemoram o planejamento para progressões e promoções, mas reclamam da falta de previsão da data-base. O projeto da LOA, que pela primeira vez neste governo estima superávit em vez de déficit em 2022, prevê R$ 169 milhões em benefícios aos servidores, além dos concursos.

O projeto da LOA começou a tramitar esta semana e deve ser apreciado em plenário até o dia 15 de dezembro.

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de **Goiás** (Sindipúblico) diz que há descumprimento de data-base por até 11 anos para algumas categorias. O acumulado referente aos anos de governo de Ronaldo Caiado (DEM) é de 13,95%, de acordo com a entidade.

Segundo o sindicato, a maioria dos servidores não contou com a reposição salarial de 2018 para cá. "O governo diz que está dando progressões e promoções, mas não está dando nada. Isso está represado desde 2018. A data-base é a forma mais justa de contemplar servidores porque inclui ativos e inativos. É uma dívida moral do governador", afirma Nylo Sérgio, presidente do Sindipúblico.

Embora prevista na Constituição, a data-base pode não ser paga conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, que permitiu que o Executivo não a conceda desde que apresente justificativa ao Legislativo.

O deputado Eduardo Prado (DC) cobrou da secretária essa justificativa na LOA. Ela disse apenas que não há obrigatoriedade da concessão, reafirmou que outros benefícios foram incluídos e advertiu que o Estado teria de cortar em outra rubrica - de investimentos e manutenção - para contemplar a data-base do funcionalismo.

"Não adianta querer fazer milhões de coisas pra o servidor, porque aí não haverá nada aos 7 milhões de goianos e voltaremos a ter o Estado falido. Por isso estamos planejando com cautela", afirmou a secretária.

"O dono do orçamento é o governador. Mas nós não temos nenhuma mudança a fazer de retificação na LOA", afirmou Cristiane Schmidt na resposta aos questionamentos.

Contas

As contas de janeiro a agosto deste ano apresentam superávit de R$ 2,1 bilhões. A secretária afirmou que o cenário é positivo, mas não consolidado porque conta com receitas conjunturais.

Ela garantiu que o porcentual de aplicação em Educação será cumprido até o final do ano. O POPULAR mostrou que o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) fez alerta ao Estado por ter investido porcentual menor que os 25% constitucionais.

A secretária afirmou que a melhora nas contas permitiu a ampliação de investimentos e que a rubrica alcançou R$ 2 bilhões desde 2019, mesmo sem

qualquer operação de crédito. O Valor Econômico mostrou esta semana que **Goiás** foi o Estado com o maior crescimento proporcional de investimentos nos dois quadrimestres deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Segundo os dados oficiais, o valor de investimento em despesas liquidadas de janeiro a agosto deste ano alcançou R$ 861 milhões, enquanto em 2020, foi de R$ 218 milhões.

Cristiane Schmidt também afirmou que o benefício da suspensão de serviços da dívida do Estado - concedido desde 2019 por liminares do Supremo - está sendo utilizado para equacionar contas, citando exemplo de dívidas com a Saneago e com municípios na área da Saúde.

Situação positiva do Estado não é "solidificada", diz secretária

A secretária estadual da Economia de **Goiás**, Cristiane Schmidt, afirmou que está coletando as projeções de crescimento da folha de todos os Poderes para a elaboração do Plano de Recuperação Fiscal (PRF), documento necessário para adesão ao programa de socorro financeiro da União.

Questionada pelo deputado Antônio Gomide (PT) sobre a real necessidade de ingresso no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e previsão de quando o PRF será apresentado aos deputados, a secretária afirmou que a elaboração do plano não é fácil porque tem de incluir qualquer tipo de variação nas despesas. Ela garantiu, no entanto, que o documento será apresentado aos parlamentares. "No momento, não tenho dados suficientes", afirmou.

Ela também disse que a situação positiva do Estado não é "solidificada" e que o RRF é realmente necessário. "Esse crescimento da receita não é real. Há efeito inflacionário e muitas variáveis. Precisamos consolidar as contas. Queremos deixar legado de equilíbrio estrutural", afirmou a secretária.

O Estado foi qualificado pelo Ministério da Economia a aderir ao RRF em 21 de setembro e tem seis meses para apresentar o PRF, que deve ser aprovado pela pasta e assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. A partir de então, inicia-se o regime.

Apesar dos planos do governo estadual de ingressar no programa a partir de janeiro de 2022, não há garantia de que os trâmites burocráticos permitirão a adesão no prazo previsto.

ICMS

Diante de questionamentos do deputado estadual Humberto Teófilo (PSL) sobre possibilidade de redução do ICMS dos combustíveis, a secretária Cristiane Schmidt afirmou que o aumento nas bombas não ocorre por culpa dos Estados. "A problemática não é dos governadores. Essa é um retórica que querem colocar no colo dos governadores de maneira equivocada", afirmou, repetindo argumentos que têm sido utilizados pelos chefes de Estado.

Ela disse ainda que, se o Estado reduzir qualquer tipo de arrecadação, continuará com dificuldades de investimentos e de atendimento a demandas do funcionalismo.

Sessão de hoje tem pauta com projetos de lei, veto e parecer do TCE

Na última sessão ordinária da semana, nesta 5ª-feira, 14, os deputados têm 45 processos legislativos aptos à apreciação. Um destaque, para votação definitiva, é a proposta para isentar da taxa de inscrição em concurso público os candidatos que comprovarem a realização de doação de medula óssea. A sessão terá transmissão ao vivo pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), no site oficial (portal.al.go.leg.br) e, ainda, no canal do Youtube.

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta quinta-feira, 14, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 45 processos legislativos aptos à apreciação. Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido implantado na Casa para desenvolver os trabalhos legislativos durante a pandemia de covid-19.

Dentre os processos em pauta, 11 são projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 31 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, um projeto de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio, oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se proposta do deputado Virmondes Cruvinel Filho (Cidadania) que visa maximizar e facilitar a obtenção de isenção do pagamento da taxa de inscrição em concurso público aos candidatos que comprovarem a realização de doação de medula óssea. O texto foi protocolado na Casa sob nº 2415/18.

O deputado justifica sua iniciativa na convicção de que, com a medida, seja possível corrigir o entendimento sufragado e maximizar não só a doação de medula óssea, já bastante melindrosa no senso comum, como também possibilitar aos candidatos mais uma oportunidade de isenção nos certames.

Educação

Também para definitiva apreciação, a pauta traz o projeto de lei nº 7382/21, de autoria do Poder Executivo. A proposta trata da criação e denominação do Colégio Estadual Jardim do Cerrado. De acordo com a justificativa da proposta, a criação do colégio é necessária pela grande demanda de estudantes daquela região e objetiva evitar que os alunos se desloquem para o Conjunto Vera Cruz, com distância aproximada entre 5 km e 7 km.

Além disso, a lei de criação e denominação é fundamental para o credenciamento da unidade no Conselho Estadual de Educação de **Goiás** (CEE). Na unidade escolar serão oferecidos o ensino fundamental (6º ao 9º anos) e o ensino médio.

Se ambos os projetos receberem sinal verde do Plenário, nessa segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos a serem enviados para a sanção.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 23, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/120682/sessao-de-hoje-tem-pauta-com-projetos-de-lei-veto-e-parecer-do-tce

Sessão de hoje tem pauta com projetos de lei, veto e parecer do TCE

Na última sessão ordinária da semana, nesta 5ª-feira, 14, os deputados têm 45 processos legislativos aptos à apreciação. Um destaque, para votação definitiva, é a proposta para isentar da taxa de inscrição em concurso público os candidatos que comprovarem a realização de doação de medula óssea. A sessão terá transmissão ao vivo pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), no site oficial (portal.al.go.leg.br) e, ainda, no canal do Youtube.

Site: https://brasilemfolhas.com/2021/10/sessao-de-hoje-tem-pauta-com-projetos-de-lei-veto-e-parecer-do-tce/

Sessão de hoje tem pauta com projetos de lei, veto e parecer do TCE

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta quinta-feira, 14, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 45 processos legislativos aptos à apreciação. Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido implantado na Casa para desenvolver os trabalhos legislativos durante a pandemia de covid-19.

Dentre os processos em pauta, 11 são projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 31 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, um projeto de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio , oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se proposta do deputado Virmondes Cruvinel Filho (Cidadania) que visa maximizar e facilitar a obtenção de isenção do pagamento da taxa de inscrição em concurso público aos candidatos que comprovarem a realização de doação de medula óssea. O texto foi protocolado na Casa sob nº 2415/18 .

O deputado justifica sua iniciativa na convicção de que, com a medida, seja possível corrigir o entendimento sufragado e maximizar não só a doação de medula óssea, já bastante melindrosa no senso comum, como também possibilitar aos candidatos mais uma oportunidade de isenção nos certames.

Educação

Também para definitiva apreciação a pauta traz o projeto de lei nº 7382/21 , de autoria do Poder Executivo. A proposta trata da criação e denominação do Colégio Estadual Jardim do Cerrado. De acordo com a justificativa da proposta, a criação do colégio é necessária pela grande demanda de estudantes daquela região e objetiva evitar que os alunos se desloquem para o Conjunto Vera Cruz, com distância aproximada entre 5 km e 7 km.

Além disso, a lei de criação e denominação é fundamental para o credenciamento da unidade no Conselho Estadual de Educação de **Goiás** (CEE). Na unidade escolar serão oferecidos o ensino fundamental (6º ao 9º anos) e o ensino médio.

Se ambos os projetos receberem sinal verde do Plenário, nessa segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos a serem enviados para a sanção.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 23, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/sessao-de-hoje-tem-pauta-com-projetos-de-lei-veto-e-parecer-do-tce/

Sessão de hoje tem pauta com projetos de lei, veto e parecer do TCE

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta quinta-feira, 14, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 45 processos legislativos aptos à apreciação. Os deputados vão se reunir para apreciar as matérias a partir das 15 horas, pelo sistema híbrido implantado na Casa para desenvolver os trabalhos legislativos durante a pandemia de covid-19.

Dentre os processos em pauta, 11 são projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 31 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, um projeto de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio , oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se proposta do deputado Virmondes Cruvinel Filho (Cidadania) que visa maximizar e facilitar a obtenção de isenção do pagamento da taxa de inscrição em concurso público aos candidatos que comprovarem a realização de doação de medula óssea. O texto foi protocolado na Casa sob nº 2415/18 .

O deputado justifica sua iniciativa na convicção de que, com a medida, seja possível corrigir o entendimento sufragado e maximizar não só a doação de medula óssea, já bastante melindrosa no senso comum, como também possibilitar aos candidatos mais uma oportunidade de isenção nos certames.

Educação

Também para definitiva apreciação a pauta traz o projeto de lei nº 7382/21 , de autoria do Poder Executivo. A proposta trata da criação e denominação do Colégio Estadual Jardim do Cerrado. De acordo com a justificativa da proposta, a criação do colégio é necessária pela grande demanda de estudantes daquela região e objetiva evitar que os alunos se desloquem para o Conjunto Vera Cruz, com distância aproximada entre 5 km e 7 km.

Além disso, a lei de criação e denominação é fundamental para o credenciamento da unidade no Conselho Estadual de Educação de **Goiás** (CEE). Na unidade escolar serão oferecidos o ensino fundamental (6º ao 9º anos) e o ensino médio.

Se ambos os projetos receberem sinal verde do Plenário, nessa segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos a serem enviados para a sanção.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 23, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/sessao-de-hoje-tem-pauta-com-projetos-de-lei-veto-e-parecer-do-tce/